

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho
J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

Econ - Brasil Preços sem Memória

Quantos sacos de soja deve valer um trator? Quantos vestidos de luxo comprados numa boutique devem equivaler a uma geladeira? Quem se lembra do preço de uma caixa de fósforos? Quando questões tão elementares como essas não podem ser respondidas, nem pelo agricultor que fecha o balanço, nem pela cidadã que quer ir à festinha das amigas, nem pela dona-de-casa do barraco às voltas com as bocas de seu fogão, o que está acontecendo é muito simples e muito trágico: os chamados "preços relativos" se desalinharam. A inflação está no seu apogeu. E a economia como um todo corre perigo.

Remédios? Os cruzados descobriram que uma parte da inflação brasileira era *inercial*, algo parecido com o que acontece quando todos tentam assistir a um jogo de futebol de pé: ou todos se sentam para ver a partida, ou todos continuam pagando pelas cadeiras, mas sofrendo como a geral.

O remédio usado pelos cruzados foi o congelamento de preços e salários, que logo se transformou em engessamento geral da economia. Com o engessamento, os preços pouco a pouco procuraram se ajustar, porque alguns produtos foram apanhados com margens de lucro, outros sem margem alguma. O passo seguinte foi o ágio, e uma desarticulação vertiginosa das relações de preços e custos dentro da economia, com transferências de renda de um lado para outro sem nenhuma consistência a longo prazo.

Quem capotou primeiro com o cruzado? As tarifas dos serviços públicos ficaram defasadas, e logo o Brasil inteiro tomou conhecimento de que, por detrás da inflação, existia um monstro oculto chamado "déficit público". O primeiro a desmontar e falar com o congelamento foi o Governo. Foi o Governo quem primeiro rompeu o congelamento, vergado sob o peso dos berros ocultos das estatais. Elas não sobreviveram com preços estáveis porque não se modernizaram nem compraram a proposta endossada por toda a sociedade brasileira. Só quem não acompanhou esse filme de perto, ou se deixou iludir pela festa ingênuo em que o país mergulhou, desconhece que as estatais e alguns oligopólios descumpriram "de cara" a determinação do cruzado de descontarem 14% nas faturas, para compensar a projeção inflacionária embutida em suas duplicatas. E as resistências foram além:

Exemplo: cerca de cem mil bancários foram desempregados na rede privada para que os bancos se ajustassem ao que se supunha que era a nova ordem financeira do país. Quantos funcionários públicos foram despedidos? Nenhum. A folha de salários do serviço público continuou inchando, chegando a mais de 50 mil nomeações em cerca de dois anos. O Estado simplesmente deslocou o desemprego para os trabalhadores das regiões produtivas. Passo a passo, o sistema político que deveria ser renovador e modernizante sucumbiu ao fisiologismo e às pressões estatizantes, no exato momento em que o mundo

inteiro procura liberalizar a economia e dar mais valor à livre iniciativa.

Hoje, o Brasil vive o rescaldo da anarquia instalada pelo desmantelamento do cruzado, cujos propósitos — muitos deles — eram mais do que louváveis. As pessoas raciocinaram e resolveram assistir sentadas ao começo do novo jogo. No campo, porém, houve indisciplina, e o presidente José Sarney, talvez quanto às lideranças políticas que o cercaram, perdeu muito tempo até entender que qualquer jogo, particularmente o que envolve as multidões, precisa de lei e de ordem, e que essas leis e essas ordens se encontram muito mais no livre funcionamento dos mercados que no engessamento geral do comportamento dos cidadãos e das empresas.

Se um vestido de festa para moçoilas coquetes custa hoje metade do que custa uma geladeira, como corrigir o disparate? As donas-de-casa que não podem freqüentar as boutiques há muito tempo já descobriram, amargamente, que os preços da carne se realinharam abaixo dos índices gerais do custo de vida pela simples retração do consumo, depois que o Governo abandonou o populismo da caça aos bois no pasto, em cuja onda se elegeram vários candidatos demagogos no eixo Rio-São Paulo.

O leite de Chernobyl e a carne contaminada importada nos tempos dos srs. Dilson Funaro e João Sayad, que foi distribuída nos subúrbios da Grande São Paulo, provam como a economia se degrada e se corrompe com o protecionismo e o intervencionismo. O congelamento dos automóveis quase quebra as fábricas, porque a relação entre os preços ao consumidor, os salários e a taxa de câmbio foi para o espaço. Quem quer voltar ao ridículo de um automóvel velho valendo mais que um novo, como aconteceu nos idos da feira de ilusões de 1986? O país não perdeu apenas a memória dos preços. Está perdendo também a memória dos seus desatinos.

O que quer agora o Brasil? Restaurar as ilusões do cruzado? Ou reconhecer, como disse o ministro Maílson da Nóbrega, que a inflação atual é *indecente*, lutando com outras armas e instrumentos para reequilibrar os preços? Economia cartorializada, o Brasil tem que descobrir como disciplinar seus oligopólios e como restabelecer uma taxa de investimentos capaz de aumentar a produção e o nível de empregos. Sem investimento produtivo não há como reduzir os preços, e os investimentos pararam, porque a aliança entre o populismo, o cartório e a tecnoburocracia usa mais freios que rodas na economia.

A recuperação de altas taxas de investimentos passa pela redução do poder dos oligopólios, pela democratização do capital das empresas e por leis simples de mercado, como a da oferta e da procura. Não será colocando os vestidos de baile na geladeira, ou quebrando as vitrines dos supermercados que os brasileiros reencontrarão o equilíbrio e a memória perdida dos preços.